

LIÇÕES DE UMA DERROTA E AUTOCRÍTICA DE UM ERRO

Camaradas:

Este texto se destina a formalizar no CC uma proposta de autocrítica da posição (Resolução Política de julho) acerca da greve geral. Numa primeira discussão que tivemos na Comissão Executiva - discussão tardia, por sinal - prevaleceu uma ~~avaliação~~ avaliação da greve e da posição do CC ~~limitada da~~ ^{minha, embora} com resultados úteis para o próprio desenvolvimento da minha posição, parcialmente reelaborada depois disso. Estamos diante de uma questão que vai muito além das implicações práticas imediatas. Não se trata apenas de avaliarmos uma greve, mas de formularmos uma visão mais abrangente sobre a questão da greve geral no Brasil. Afinal o 20/8 foi apenas mais uma entre várias tentativas de greves gerais que foram total ou parcialmente derrotadas nos últimos anos. ~~Avanço~~ Diferentemente de inúmeros países que poderíamos enumerar, da América Latina ou da Europa, no Brasil a efetivação das greves gerais sempre foi um fato no mínimo discutível. Independentemente da avaliação que possamos fazer deste ou daquele episódio, não podemos escapar à constatação de que existe algum tipo de problema não meramente conjuntural na sociedade brasileira que afeta a capacidade do proletariado para empreender lutas nacionais únicas, como é o caso da greve geral. É claro que dizer isso apenas não basta. As propostas de greves gerais se sustentam em razões conjunturais, e ao partido cabe apreciá-las concretamente. Mas um partido que não disponha de uma visão mais profunda da formação social é incapaz de formular uma avaliação precisa das conjunturas. Essa é uma coisa que nos tem faltado, como já constatamos no II Congresso. ~~Assim~~ A perspectiva que abrimos com o III Congresso nos empurra na direção de uma reflexão sobre a revolução brasileira, suas particularidades etc, visando a elaboração de uma teoria na acepção própria do termo. Assim, encaro essa discussão sobre a greve geral como um momento enriquecedor dos debates do III Congresso a partir da experiência concreta da luta. Seria uma manifestação de pequenez conservadora por mantermos aprisionados no círculo estreito em que até agora o debate se manteve, inclusive entre nós.

I

1. Insisto na opinião de que o CC não se deteve na avaliação do quadro político para efeito da realização da greve geral, residindo aí a causa original ~~do~~ erro. Passou ao largo do fato de que a greve geral é uma forma de luta que - por envolver necessariamente massas de milhões, inclusive portanto as grandes massas atrasadas e despolitizadas; por ser um empreendimento exclusivo das forças populares, estando fora do universo de todas as forças burguesas, inclusive do PDT e da chamada esquerda do PMDB; e por implicar num confronto político de largas proporções entre o proletariado e a burguesia - exige um tratamento particularizado e um conjunto de condições objetivas e subjetivas especiais, distintas daquelas que são necessárias, por exemplo, para uma campanha de comícios pelas diretas. Condições que não existiam na conjuntura examinada pela Resolução Política de julho. O CC constatou a existência de um "rápido crescimento do potencial de luta política de massas" e julgou isso suficiente para aderir, sem maiores discussões, à proposta de greve geral formulada pela Executiva Nacional da CUT. Sequer levou em conta outras constatações constantes de sua avaliação, relativas às "limitações da luta política de massas", à "lacuna da inexistência de uma alternativa de esquerda, de conteúdo popular, capaz de aparecer aos olhos do povo como um caminho político que se contraponha à crise", à falta de "uma proposta política global capaz de referenciar a luta de massas e organizar as ações espontâneas", ao fato de que "os debates sobre o enfrentamento da crise continuam centrados nas alternativas burguesas", à "predominância" (no movimento de massas) "de uma visão corporativista que rebaixa o papel dos sindicatos, uma visão de campanha pelas diretas que exclui o envolvimento político das greves etc". Tudo isso foi aparentemente encarado como elementos secundários da realidade, elementos que não eram capazes de comprometer a realização da greve.

Mais do que isso, o CC fixou uma visão unilateral inclusive sobre o estado de ânimo das massas. É bem verdade que encontramos na Resolução uma passagem que se refere à atitude indiferente do povo em relação aos trabalhos constituintes, entendida como algo que "tem muito mais a ver com uma descrença do que com uma consciência política, expressa muito mais um atraso do que uma posição de esquerda". Contudo, esta passagem não se apresenta como uma avaliação que diga respeito ao conjunto. Refere-se especificamente ao estado de espírito do povo face à Constituinte, e não a um sentimento geral que afeta a relação das massas com a totalidade da ~~política~~ política. A este sentimento de frustração que, muito mais do que o outro lado da moeda, define o próprio caráter do descontentamento contra o governo como um descontentamento de conteúdo negativista, de aprofundamento da aversão à política, de enfraquecimento da confiança na luta, de um maior sentimento de impotência, que induz à inatividade etc.

Creio que se tivéssemos considerado todos esses aspectos numa síntese que apanhasse com mais precisão a conjuntura, e se tivéssemos procedido assim refletindo sobre o que seria necessário para o êxito da greve geral, não teríamos adotado aquela resolução sobre a greve sem sequer uma polemica, uma disputa de propostas alternativas, tudo como se a voz da CUT fosse de fato a última palavra.

O problema não consiste em que o partido deva ou não apostar (arriscando) nas potencialidades (com sua margem de incerteza) que uma determinada conjuntura apresenta. Têm razão os camaradas que advertem para o fato de que o partido não pode jamais pensar apenas em termos de propostas que ofereçam absoluta certeza de êxito, mesmo porque toda proposta envolve uma disputa que se ganha ou se perde. Contudo, isso não nos libera da necessidade de autocrítica por apresentar propostas inadequadas. O verdadeiro problema reside na identificação correta do que sejam ou não potencialidades com relação ao objetivo, ao tipo de luta etc, que se pretende alcançar.

Tomemos a experiência de julho de 83, citada uma infinidade de vezes na Comissão Executiva como suficiente para comprovar a incorreção das minhas opiniões. Vivíamos em 83 uma conjuntura muito especial. Iniciava-se o desfecho da crise final da ditadura militar. No rastro da recessão que vinha desde 81 grassavam o desemprego e o arrocho salarial. Foi crescente a atividade das massas, principalmente a partir da posse dos governadores, em 15 de março. Havia luta organizada, dos sindicatos contra (principalmente) os decretos-leis de arrocho (2045, 2065 etc) e de comitês de desempregados, principalmente em São Paulo. A manifestação em frente ao Palácio dos Bandeirantes e o quebra-quebra que explodiu em seguida foram os pontos culminantes dessa atividade no primeiro semestre. Com a aproximação da sucessão presidencial, a oposição burguesa disparava denúncias contra a ditadura, associando a situação das massas à existência do "autoritarismo" com sua política econômica ditada pelo FMI. Estava aí o principal foco de politização das massas. Mas a oposição burguesa não havia articulado ainda uma alternativa capaz de oferecer uma saída para a crescente atividade das massas, o que só viria a fazer meses depois, com a campanha das diretas-já. Foi nesse quadro - depois do quebra-quebra de São Paulo e antes da campanha das diretas - que se desenvolveu a ideia da greve geral, centrada contra o decreto-lei 2045, em vias de votação no Parlamento.

A burguesia assustava essa ascendente atividade independente das massas. Enquanto a ditadura a enfrentava com ameaças e repressões, a oposição burguesa o fazia com discursos, manobras e apelos a moderação. A greve geral de 21 de julho só pode ser corretamente entendida como resultado de todas essas circunstâncias. Ela se situou num quadro de ódio crescente do povo ao governo, um ódio de tipo diferente daquele que se observa hoje. Um ódio que se politizava - ainda que de um ponto de vista burguês -, que gerava esperanças de mudança e que induzia à atividade. Um quadro que, combinado com a existência de um móvel imediato preciso - a não

aprovação do 204B no Congresso, - capaz de centralizar e estimular o movimento, favorecia a proposta de greve.

Visando impedir o seu êxito, que poderia representar um marco decisivo na emergência de um surto independente e politizado de lutas de massas, a oposição burguesa combinou as críticas à iniciativa com propostas de moderação, sempre em nome de não provocar o pior, o famoso retrocesso. Foi aí que entraram os pelegos liderados pelo atual presidente da CGT, que, "apoiando" a greve, conduziram-na no sentido de um dia de "manifestação cívica". Resultado: ali onde a paralisação foi generalizada, um feriado, principalmente em São Paulo, ~~onde~~ foram verificados inclusive casos de em presas que dispensaram seus trabalhadores - recomendando-lhes irem para casa - e exigiram compensação no dia de folga seguinte.

Os meses que se seguiram testemunharam a conformação acelerada da futura campanha das diretas-já. O primeiro comício, por iniciativa do PT, não se desdobrou em atos com o mesmo caráter e direção. Todos nos lembramos perfeitamente de como a coisa se deu, ou seja, de como a oposição burguesa empolgou a direção do movimento de massas.

O movimento de massas cresceu vertiginosamente no 1º semestre de 84, e não só cresceu como se politizou. Contudo, nem assim uma outra proposta de greve geral vingou, a despeito de aprovada por um fórum altamente representativo e numa situação na aparência extremamente favorável. Foi em Brasília, no auge da campanha das diretas, na reunião do comitê suprapartidário ampliada com centenas de entidades de todo o país - centrais sindicais, organizações populares, UNE etc. Não era um fórum sindical deliberando sobre uma greve concebida como coisa dos sindicatos. Era um fórum político, amplo, expressivo, que deliberava realizar um dia de greve política, contra o governo e como parte integrante da campanha das diretas que empolgava todo o país.

Para um raciocínio simplista que funcionasse apenas em termos de politização x despolitização esse seria um fato difícil de explicar. Mas não o será para nenhum de nós desde que trabalhemos com a noção de hegemonia. O fato é que, primeiro, o movimento de massas se agigantara e se politizara, mas sob a hegemonia ideológica, política e organizativa da burguesia que, ao contrário de julho de 83, tomara a iniciativa política no terreno do movimento de massas, agindo ativamente em relação ao conjunto das classes populares. E segundo, sendo a greve geral conflitante com essa hegemonia, na medida em que fortalecia a iniciativa independente das massas e podia comprometer a capacidade de controle da burguesia sobre todo o processo político que desembocou na consumação da transição, propô-la significava "peitar" a burguesia. Por isso mesmo os partidos burgueses que haviam aceitado formalmente e de má vontade a proposta de greve, em seguida tiraram o time de campo, consumando uma ofensiva geral da burguesia, já no dia seguinte, contra a greve, através de todos os meios: ameaças do governo, manchetes e editoriais de jornais, TV, rádios etc, pressões diretas sobre os sindicatos e boicotes os mais variados. Resultado: poucos dias, e a greve estava abortada.

O problema é que a politização do movimento de massas não é uma categoria metafísica desvinculada das posições de classe. Expressa sempre uma forma determinada de hegemonia, no caso, da hegemonia avassaladora da burguesia - ideológica, política e organizativa -, uma hegemonia ativa, que operava sobre o movimento e com o movimento, oferecendo-lhe uma saída global e conduzindo-o praticamente. Só para refrescar memórias: enquanto isso, nós - em documento oficial - falando em crise de hegemonia... Santo deus! Mesmo assim, quem ousa afirmar que assimilamos as lições desse período? A proposta de greve geral que aprovamos na última reunião do CC é uma prova de que não fomos bons alunos. Era indispensável batalhar pela greve geral em 84, como tentativa de redirecionar o movimento existente. Mas agora a situação era bem outra: ~~depois~~ depois de toda a experiência da transição e num quadro político qualitativamente distinto, foi sem dúvida um grave equívoco.

Alguém poderá contestar: de fato, a situação hoje é outra, mas as

massas se desprepararam do governo e buscam uma saída. Nada a obstar. Mas pergunto: isso significou uma reversão ou esvaziamento da hegemonia burguesa? Claro que não. As massas - e falo nas grandes massas, não naquele campo que sempre esteve contra a transição e que vem se ampliando - as massas se deslocarão para onde, senão para o ceticismo e a passividade? Porque o ceticismo, despolitizante não apenas em relação à política burguesa mas à política em geral, que induz à inatividade, é um outro modo de ser da hegemonia burguesa. Uma hegemonia passiva, mas não menos hegemonia.

Quem sabe esteja aí o "foco" da discordância? De minha parte estou convencido de que o sentimento e o estado de consciência dominante das massas é de frustração e de impotência. Algo, como já frisei, completamente distinto daquilo que tínhamos em 83. O povo acreditou nas diretas-já, na vitória da Aliança Democrática, no Cruzado etc como mudança mesmo, não só de regime político (coisa que para ele é ~~até~~ secundária), mas nas suas condições de vida. O PMDB sempre associou o combate à ditadura à crítica da sua política econômica, ao arrocho, à recessão, às políticas de "austeridade" etc.

O povo acreditou nisso, e não só, lutou apaixonadamente por isso. Não foram necessários mais de dois anos, apenas dois anos, para que tudo se transformasse para ele numa grande tragédia. O que vimos nesses dois anos, como característica geral decisiva, foi um processo continuado, intenso e sistemático de destruição, de trucidamento, de todas as esperanças populares. As ilusões se foram, mas em seu lugar veio não uma nova esperança, e sim a desilusão. E não se tratou apenas de uma derrota na dimensão política global, quanto à transição e o seu resultado geral. Devemos considerar também as muitas pequenas derrotas, igualmente dilacerantes, da infinidade de greves das quais as massas saíram sentindo-se e de fato na condição de derrotadas. Sabemos onde foi parar, por exemplo, o ABC, em refluxo des de ~~o~~ a "vaca brava", e mesmo o conjunto do movimento operário de São Paulo, vanguarda no ascenso de 78-83 e agora "vanguarda" no descenso. Só para citar os exemplos mais significativos.

Seria um erro avaliar essas derrotas "moleculares" ^{abertas como} perdas econômicas. Foram e são derrotas igualmente políticas, ideológicas, morais, etc, tanto mais que devidamente "trabalhadas" pelas instituições burguesas de hegemonia. Não nos iludamos, a transição não significou só um revés tático circunstancial, de recuperação relativamente fácil, até mesmo pelo seu caráter conservador etc, mas uma derrota estratégica. ~~.....~~

Alguém poderá contestar: mas... É claro, sempre há um outro lado. Há as decorrências necessárias desse tipo de hegemonia que se dá pela exclusão política das massas, que são, por exemplo, a instabilidade política, a criação de um potencial de disputa pela esquerda, as irrupções explosivas etc. Mas nós estamos falando em greve geral, ou seja, na mobilização das grandes massas num confronto político aberto com a burguesia, e numa forma de luta que só poderia ser concebida como empreitada exclusiva das forças populares. Mas... e o quebra-quebra do Rio? Ora, o quadro político, radicalmente distinto do de 83, nos obrigava a avalia-lo diferentemente do quebra-quebra de São Paulo, em suas implicações etc. As coisas precisam ficar claras, e uma forma de deixá-las obscurecer é continuarmos com esta metafísica das duas faces da moeda (descontentamento das massas x despolitização ou vitória da transição x instabilidade política etc). Ou trabalhamos, e corretamente, com a totalidade ou não iremos a lugar algum, não seremos capazes sequer de caracterizar razoavelmente as conjunturas e situar com um grau mínimo de precisão as suas reais potencialidades. Continuaremos como o imbecil que a cada espiada para o alto tenta nos convencer de ter visto, não nuvens em movimento, mas um dragão, e em seguida um inocente querubim.

Prossigamos: mas antes esclareço que deixo para depois a questão da tática que o CC poderia ter adotado alternativamente à proposta de greve geral em agosto.

II

Na base dessas opiniões está uma determinada "visão" da sociedade brasileira que expus nas partes das Teses que elaborei. Creio que a análise da estrutura de classe feita em outra parte das Teses ajudam a constituir uma totalidade, compondo um caminho de elaboração que precisamos desenvolver. Falamos agora da greve geral, como poderíamos estar falando de questões como a instabilidade política, os potenciais de crise da dominação burguesa, a relação luta democrática e antiimperialista - revolução socialista etc. São todos subtemas de uma mesma discussão.

Não podemos fugir à constatação de que já vivemos no Brasil em plena era da modernidade capitalista. Mas se cairmos na asneira de interpretar essa modernidade como uma modernidade de tipo europeu ocidental estaremos pousando no mundo da lua. Aqui a modernidade se desenvolveu e se firmou antidemocraticamente, excluindo as massas da política e da civilização, marginalizando-as, através da cooptação ou da brutalidade repressiva. O que temos é uma modernidade incivilizada, inculta, brutal e corruptora do povo, incapaz de agir de outro modo, de agir ativamente, de convencer, a não ser em situações especiais. A tragédia da transição não é um fato episódico, mas a reafirmação da regra que evidencia o caráter excepcional do tipo de hegemonia que a burguesia exerceu na campanha das diretas de 84.

O que caracteriza esse tipo de hegemonia, uma hegemonia que amesquina os projetos de classe totalizantes em função dos interesses corporativos, é a dilaceração das relações políticas orgânicas. Tanto no que diz respeito ao povo como à própria burguesia. A outra tragédia, a do PMDB, a incapacidade da burguesia de desenvolver seus partidos e a presteza com que os desmoraliza, divide e descaracteriza, está aí para comprová-lo. Mas isso é ainda mais grave em relação ao povo. A este reserva-se a sarjeta e, como alternativa "espontânea" se quer fazer política, o relacionamento com o Estado pelas vias fragmentadas do clientelismo ou dos pleitos corporativistas. A despolitização das grandes massas, subproduto da frustração diante da efêmera e curta política burguesa expressa pelas diretas-já e pelo "muda Brasil", não é um problema circunstancial, mas estrutural, histórico. Tem origem no caráter passivo da revolução burguesa e no desenvolvimento hipertardiado do capitalismo, estando na própria gênese do Estado burguês no Brasil, confirmando-se, reafirmando-se e se fortalecendo desde então. É o que procurei demonstrar nas Teses.

Pode-se dizer: mas hoje temos o PT e a CUT. Realmente, e vendo as coisas historicamente, é um fato novíssimo. Contudo, a existência do PT e da CUT não foi capaz de impedir o processo acentuado e generalizado de frustração despolitizante e paralisante que vem desde 85 e principalmente depois da falência do Cruzado. Não é novidade que o PT e a CUT não conseguiram até hoje se firmarem e afirmarem-se como alternativa política global à transição e ao governo. E não nos iludamos: o desencanto, a desmotivação no que diz respeito à política está afetando a própria base do PT, que perde em capacidade militante. A politização do PT ainda é um fenômeno epidérmico de difícil penetração na sua militância inculta e carente de tradições políticas. Não falo em votos, estas "aves de arribação" da nossa história política, falo em política orgânica, em hegemonia e contra-hegemonia.

Tampouco devemos nos iludir com o tão decantado fortalecimento da CUT. Este fortalecimento, um fato se confrontado com a trajetória da CUT, precisa ser devidamente mensurado. A CUT ganha sindicatos, mas também perde em combatividade nas suas bases tradicionais como o ABC. Além disso, não se trata de um acúmulo político, já que grassa aí o corporativismo mais tosco e sedimentado. O fato é que a incapacidade da burguesia de fazer concessão às massas no plano econômico, além do efeito dilacerante a que me referi, tem também a propriedade de tornar a luta econômica tipicamente de resistência numa constante incontida. Mas, pelo caráter mesmo da consciência dominante nas "vanguardas" do movimento operário, reiteradamente corporativista, lutas cegas e até mesmo desesperadas.

Essa realidade diz respeito a toda a nossa discussão sobre tática.

E em se tratando da greve geral, de uma forma de luta que, alé de precisar envolver as grandes massas atrasadas, exige um empenho concentrado, entusiasta e esclarecido das suas vanguardas, obriga-nos a condiciona-la a decisão de realizá-la à constatação de uma situação muito especial. Não era o que se podia observar em julho de 87.

III

Proponho assim, com base no exposto, que o CC adote a seguinte resolução:

1. A avaliação da tentativa de greve geral de 20/8 deve tomar como ponto de partida a constatação do seu fracasso. Qualquer empenho em negar esse fato ou atenuá-lo comprometerá por antecipação o propósito de realizar uma análise séria e extrair daí as lições pertinentes e necessárias. A não paralisação do trabalho generalizadamente nos principais centros do proletariado - São Paulo, Rio, Belo Horizonte e Porto Alegre -, nas capitais e grandes cidades do país e nos ramos essenciais de produção e circulação de mercadorias, revela o quanto é fantasiosa a tese de que teria havido uma vitória, ainda que parcial.

2. Contudo, não passa de uma simplificação grosseira concluir que a causa principal da derrota esteve numa suposta falta de empenho da direção, como afirma a Convergência Socialista. Na verdade, esta avaliação guarda coerência com um certo subjetivismo de seita e com a visão equivocada que a CS tinha da própria greve. Visão que, opondo a greve geral à campanha das diretas e a pressão sobre a Constituinte, recusava a tarefa de totalizar a luta popular num todo único antigoverno e antitransição; que se propunha a conduzir o movimento no sentido do "aprofundamento da moratória" e da defesa de um plano alternativo de política econômica; que retirava o governo Sarney do centro do ataque e, por essa via, trabalhava no sentido de impedir que o proletariado imprima na vida política do país a marca da sua própria presença autônoma.

3. Precisa ser dito que o problema desta "greve" começou com a decisão mesma de realizá-la. O fato é que uma forma de luta dessa magnitude, para concretizar-se, exigia, além do "verdadeiro ódio das massas" ao governo constatado pela última resolução do CC, outras condições políticas que a conjuntura não reunia. O próprio CC as identificou parcialmente quando se refere à "grande lacuna da inexistência de uma alternativa de esquerda, de conteúdo popular, capaz de aparecer aos olhos do povo como um caminho político que se oponha à crise..." e "de referenciar a luta de massas e organizar as ações espontâneas"; quando se refere à "predominância de uma visão corporativista que rebaixa o papel dos sindicatos, uma visão de campanha pelas diretas que exclui o envolvimento político das greves etc"; em síntese, quando avalia as condições subjetivas do movimento de massas, concluindo que elas, pela sua extrema fragilidade, eram capazes de agravar "sobremaneira" a situação do país, pelas "limitações" que acarretavam a "luta política de massas". Essas debilidades precisavam ter sido devidamente consideradas na hora de se decidir se era ou não pertinente, naquele momento, a proposta de greve formulada na Executiva Nacional da CUT.

4. Hoje podemos dizer seguramente que não era pertinente. A campanha das diretas apenas dava os primeiros passos com limitações evidentes. Transformou-se num movimento de vulto, mas cuja manifestação mais expressiva, o comício de São Paulo, não foi além das 60 mil pessoas. O fato é que ela, muito mais do que a campanha de 84, não sensibilizou a grande massa do proletariado, revoltada mas despolitizada. Limitou-se a um envolvimento direto fundamentalmente da camada mais esclarecida da pequena burguesia urbana. E, o que é mais importante, a composição de forças políticas da campanha das diretas não era a mesma que seria necessária para garantir a greve geral. A greve era, pelo seu caráter, uma empreitada particular das forças operárias e populares, sendo incompatível com os interesses específicos de correntes burguesas como o PDT e a chamada esquerda do PMDB, que, tal como a Aliança Democrática em 84, não se arriscariam

a patrocinar uma forma de luta capaz de proporcionar a iniciativa autônoma do proletariado, o mesmo podendo-se dizer da CGT, que, por cima, coloca-se contra as diretas em 88. A alternativa de centrar a greve no combate à política econômica do governo se depararia com dificuldades de outra ordem: exigiria um esforço adicional ainda mais desconectado da campanha das diretas; chocar-se-ia com o fato de o Plano Bresser, com a farsa do congelamento, ainda alimentar, então, certas ilusões em setores das massas; e não contornaria as debilidades já constatadas relativas às condições subjetivas do movimento de massas.

5. O Comitê Central, portanto, se autocritica da posição que assumiu em sua Resolução Política de julho acerca da greve geral. O mais correto teria sido propor um Dia Nacional de Protesto com Paralisações e Manifestações para o início de agosto, contra o governo e sua política econômica, com base na mesma plataforma sugerida para a greve geral. E deixar em aberto a perspectiva da greve geral, tendo como referência os meses de setembro e outubro - ponto culminante dos trabalhos constituintes -, a depender de uma avaliação dos acúmulos políticos produzidos pelo próprio dia do protesto, pela campanha das diretas e pelas mobilizações em torno das disputas na Constituinte. Seria a proposta adequada à correlação de forças conjuntural e coerente com uma justa linha de acúmulo estratégico.

IV

Já estava concluído este recurso quando me chegou às mãos a Resolução da CE de avaliação da greve geral resultante da discussão a que me referi acima. Tem um mérito esse texto lamentável: o mérito de expor de forma consequente uma visão da greve coerente com a Resolução do CC que a aprovou. Pasmo diante do que leio, embora não me seja novidade, ~~de todo~~ sou impelido a estender um pouco mais o arrazoado do meu recurso.

1. A CE começa peremptória: "levando-se em conta o descontentamento generalizado da população em relação ao governo e a necessidade das forças políticas de esquerda e do próprio movimento de reagirem ante a crise política, institucional e econômica, foi correta a proposta de convocação de greve geral para aquela conjuntura, pois existia um potencial para que ela se desenvolvesse". Como mais não falou sobre o potencial, deduzo que o dito cujo, na ótica da CE, ~~se localizava~~ se localizava apenas no "descontentamento generalizado da população em relação ao governo". Pelo visto era o que bastava.

Mas não, não bastava, como o próprio texto reconhece implicitamente. Contudo, quando reconhece o que era necessário "para que a greve se desenvolvesse" - ainda que apenas em parte - é justamente para comprovar involuntariamente que o potencial não existia. Senão vejamos.

Coerente com a visão que presidiu a resolução do CC, a CE constata que "a greve geral para ter sucesso no Brasil implica envolver ativamente a totalidade dos movimentos sociais e políticos comprometidos com os trabalhadores na sua convocação e preparação". Por isso mesmo é que se torna va decisivo que a greve geral tivesse um caráter unitário, envolvendo não só a CGT como o restante do "movimento popular, os partidos políticos, o movimento estudantil, o movimento democrático etc".

Ainda na ótica da CE, foi aí que começaram os problemas, pois, pelo fato de que "as centrais sindicais imprimiram-lhe (a greve) um caráter estreito, acanhado e economicista", é que a proposta de greve não foi capaz de envolver "a amplitude dos movimentos sociais e os partidos políticos". E prossegue: "o pressuposto desta atividade politizadora implicava que o próprio movimento sindical estivesse engajado na campanha das diretas - já e pelo fim do governo Sarney e nas disputas político-institucionais da constituinte. A perspectiva economicista e corporativista do movimento sindical e a própria falta de alternativas e projetos políticos globais por parte dos partidos comprometidos com a luta dos trabalhadores foram fatores que contribuíram pela manutenção do ceticismo no movimento e pela sua despolitização". Grandes descoberta, não é verdade?

Quer dizer, era preciso algo mais do que "o descontentamento generalizado da população em relação ao governo". Tanto assim que não passa pela cabeça de ninguém propor a greve geral na conjuntura atual, a despeito de nunca ter sido tão grande o descontentamento popular contra Sarney e seu governo. Era preciso então que houvesse, por exemplo, alguém capaz de dirigir a greve. Um alguém que estivesse engajado na campanha das diretas-já e pelo fim do governo Sarney etc... Não é mesmo uma ideia formidável?

É claro, só existindo esse alguém é que seria possível não só unir todas as forças necessárias como "organizar milhares de comitês e comandos de greve unitários e abertos onde a militância encontrasse um canal de atividade e participação; desenvolver "uma atividade intensa de agitação, propaganda e organização imediatamente após a definição da data da greve"; enfim, travar a "batalha muito mais decisiva para decidir para que lado se definem o movimento e as consciências", para "ganhar a vontade subjetiva das massas", por sobre as poderosas forças contrárias mobilizadas pela burguesia.

O diabo é que, como o próprio documento da CE constata enquanto linha central de argumentação, esse alguém não existiu. A realidade é que "as forças que a defendiam (a greve) vacilaram" (!) e desenvolveram uma atividade insignificante junto ao movimento de massas no sentido de defini-lo e ganhá-lo subjetivamente para a greve". Isto, além de não terem feito outras coisas que seriam necessárias, já enumeradas acima (construir uma ampla unidade, criar milhares de comitês etc). A falta do alguém foi realmente uma decepção.

O interessante é que a CE, legitimamente apoiada na resolução do CC, se deu conta dessa falta, "identificou" o problema e, "salvando" a nossa resolução sobre a greve, identificou o "culpado" e baixou-lhe o pau, com isso "eximindo-se" do dever da autocrítica. Pois vejam só onde está o alguém, o responsável pela decepção está ali, na CUT e na CGT. A CE foi-se por aí, tal como Diógenes (o da lanterna, não o de Arruda), a procura do sujeito (no duplo sentido, de vanguarda e de patife) que estivesse engajado na campanha das diretas-já e pelo fim do governo Sarney e nas disputas político-institucionais da constituinte", alguém não submetido à "perspectiva economicista e corporativista" etc. Fica sem resposta como é que se ia resolver, no prazo de um mês e pouco - tempo decorrido entre a reunião do CC e a data da greve -, como é que se ia resolver o problema da "falta de alternativas e projetos políticos globais por parte dos partidos...", identificado como uma das causas da "manutenção do ceticismo no movimento" e da "sua despolitização".

Pois bem, agora eu pergunto: existiu alguma vez no CC dúvida sobre o caráter economicista e corporativista da posição majoritária na CUT? Ou avaliações positivas a respeito do engajamento da CUT "na campanha das diretas-já e pelo fim do governo Sarney e nas disputas político-institucionais da constituinte"? Ou desconhecimento de que a CGT não só não estava engajada nessas atividades políticas como se posicionava contra as diretas-já e a favor do governo Sarney e se omitia tanto nas disputas político-institucionais como naquelas que dizem respeito aos interesses imediatos dos trabalhadores no processo constituinte? Ou, enfim, alguma ilusão a propósito da capacidade da CUT e da CGT para realizar tudo aquilo que a CE considera que seria necessário como condição "decisiva para o seu sucesso" (da greve)?

Claro que não, e é bom lembrar, as condições subjetivas do movimento "espontâneo" são condições objetivas para o partido, externas à subjetividade revolucionária e operantes independentemente dela. Só encontro uma explicação para o raciocínio límpido, cristalino, da CE: na falta de uma reflexão mais detida e aberta a um pensamento distinto de certos esquemas e valores, e na ânsia de defender o indefensável, os camaradas acabaram erguendo um edifício que, convenhamos, chega às raias do absurdo, a ponto de formularem uma "avaliação" que constroi a sua própria negação. Deitam falação sobre o que seria necessário para garantir a greve e defendem que foi justo decretá-la, mas sem se darem conta de que, ao falarem sobre o que seria necessário, estão demonstrando que este necessário não existia e que, portanto, foi errado decretar a greve.

Eu me pergunto o que passa realmente pela cabeça dos camaradas quando colocam certas coisas no papel. Falo especificamente da referência aos partidos políticos e ao movimento democrático, colocados entre as forças que as centrais sindicais deveriam ter buscado "envolver e comprometer" com a greve. Haveria aí algum traço de ilusão na possibilidade de participação de vários partidos políticos, como PDT, PSB, "esquerda" do PMDB etc, além do PT e do PCdoB, reproduzindo na greve geral mais ou menos o mesmo esquema de forças da campanha das diretas? Não falo em certeza, em convicção, em opinião formada, mas em traço de ilusão ou em opinião não-formada. Esta indagação ganha em sentido, em razão de ser, quando leio a expressão "movimento democrático". Quem representaria esse movimento nas condições da Nova República, além do próprio movimento popular, também citado - logo não se trata dele! -, e das forças políticas e instituições burguesas que têm como ideário democratizar a transição: PDT, "esquerda" do PMDB, CDB, CNBB etc? Ou seja, as mesmas forças com as quais nos aliamos pontualmente em certos aspectos do combate ao governo Sarney e da disputa na Constituinte? Fica a dúvida, não uma crítica, mas uma dúvida atanzante.

2. Examinemos mais de perto o comportamento da CGT através do que nos diz a insuspeitíssima Veja sobre o roteiro de Joaquim no dia da greve: "Com o esquerdismo (a CUT) numa das pontas, a chefia da greve que não houve consumou um pacto com a hipocrisia na outra. A mais de vinte anos de distância das fábricas de São Paulo, Joaquim Andrade, presidente da CGT, cumpriu um papel no qual é um especialista calejado - fingiu que era a favor da paralisação, fazendo dessa atitude uma manobra escandalosa para destruí-la. Trata-se de um teatro que Joaquinão cumpre com precisão científica: quanto é mais e contra uma greve, mais entrevistas dá a favor da paralisação. Na quinta-feira, além de dormir diante dos fotografos, o presidente da CGT chegou a dar gargalhadas durante uma entrevista na qual anunciava que a paralisação fora um sucesso. Para Joaquinão, foi mesmo". Quem ousa contestar esta informação e este raciocínio? Talvez a CC, ou o CC...: este por aprovar uma Resolução favorável a uma greve de protesto político contra o Governo que tinha entre as suas colunas de sustentação a unidade CUT-CGT, e a primeira por defender ainda hoje a justiça dessa política e, coerentemente com ela, avaliar que a causa principal da derrota da greve esteve no fato de que a CUT e a CGT "vacilaram", foram inconseqüentes ou coisa parecida, na tarefa de dirigir a greve.

Onde, na Resolução da CE, a caracterização do comportamento da CGT? Seu "erro" colocou-se no mesmo plano da CUT? Alguma palavra sobre a posição explícita da CGT contra a inclusão das diretas na plataforma da greve? Isso bastaria para desmontar toda a "lógica" do raciocínio da CE.

No entanto, a CUT é que é explicitamente responsabilizada pela pendência em torno da data. O problema teria consistido, segundo a CE, num "erro quanto à forma de definição da data", determinado por uma visão estreita da CUT, que não compreende que "a questão principal não é colocar a direção da CGT numa situação embaraçosa, mas garantir a unidade de ação e a efetividade da greve". (grifo meu). Garantir que a CGT não agisse como CGT, e o Joaquim como Joaquim, através de métodos de ação não unilaterais. Onde chegamos! A santa ingenuidade da CE impediu-a de perceber que a recusa da CGT ao dia 12 já expressava uma tática dissimulada de boicote à greve. Joaquim articulou a sua malandragem antioperária, e nós agora, angelical e ingenuamente, a convalidamos...

A verdade é que ^{ao} Joaquim, com a marca de pelego que carrega e enquanto presidente da CGT, se não interessava o êxito da greve, também não convinha aparecer como antigreve. Isto enfraqueceria ainda mais o seu poder de barganha, a sua condição de interlocutor nas relações capital-trabalho, e afetaria a CGT na sua disputa com a CUT. Publicamente, ele não discordava da greve, mas "apenas" da data, e apresentava suas "razões", mas de fato golpeava profundamente a greve.

Com Luiz Antonio e Magri aconteceu coisa parecida, mas com desfecho diferente. Por razões particulares, inclusive porque nenhum deles é o pre

idente da CGT. De início, manifestaram-se formalmente a favor da greve, discordando "apenas" da data (dia 12) e da plataforma. Na plenária da CGT/SP foram eles quem propuseram data alternativa, em torno do dia 20. No entanto, diante do recuo da CUT em relação ao dia 12, do boicote da CGT - exceção do PCdoB - à greve e da incapacidade da CUT para puxá-la, estes atores, exceção de Joaquim, passaram a lançar abertamente as baterias contra a greve.

No entanto, o grau de incompreensão da CE é de tal modo alarmante que ela chega ao cúmulo de alinhar entre os "viam a luta para combater a greve", em ajuda "ao governo e ao patronato", "algumas lideranças sindicais petistas e da CUT", lado a lado com Medeiros, Magri e o PCB, enquanto exige a CGT e seu presidente de tal papel... Uma inexplicável condescendência com um torpedeador poderoso da greve e uma absurda manifestação de sectarismo com sindicalistas cutistas que, certos do fracasso da greve, pressionavam pela sua suspensão. *So uma grande desarticulação do*

Agora eu pergunto: e se, mesmo encaminhado pela CUT com toda a habilidade necessária, a tentativa de unidade de "todo o movimento" não fosse alcançada, o que deveria ser feito em seguida? A CE se dá conta dessa possibilidade, de que a divergência de merito (contra a greve) se superpusesse ao método (contra a data), mas se sai pela tangente: responde que "só então a CUT poderia tomar medidas necessárias indicadas pela situação política e pelas circunstâncias". Não ousa afirmar que, nesse caso, a proposta de greve deveria ser retirada, mas também não diz o contrário. Contudo, se é verdade que "uma greve geral para ter sucesso no Brasil implica envolver a totalidade dos movimentos sociais e políticos comprometidos com os trabalhadores na sua convocação e preparação", por que não declarar claramente que a inviabilização desse envolvimento significaria o fracasso antecipado da proposta de greve? É que admitir isso explicitaria o papel decisivo da CGT e forças similares no movimento, tal como foi concebido pelo CC, sem falar em que implicaria no reconhecimento de que a greve, afinal, não podia ser encarada enquanto um princípio, uma espécie de compromisso ético, mas como uma questão política.

Não por acaso, a certa altura, a resolução da CE alerta para a necessidade de se "reconhecer também que a greve do dia 20, apesar de sua derrota, foi um momento de luta, de enfrentamento, foi um momento de resistência e de atividade daqueles que, mesmo céticos, não se vergaram ao ceticismo". Diante dessa formulação, a pergunta inicial subsiste: afinal, a greve foi ou não derrotada? E mais, consumado o erro originário, diante da evidência da derrota, clara como a luz dez ou quinze dias antes da data, era ou não pertinente suspendê-la e transformá-la num dia nacional de protesto com paralisações?

3. Ao final, a resolução da CE alinha "uma série de questões com implicações táticas e estratégicas que se articulam em torno do problema da greve geral..." Entre elas destaco uma: "a relação entre o caráter da greve e o caráter da direção do movimento e da própria greve". Como vimos, a Resolução do CC e agora a da CE respondem a esta questão empiricamente, ao propor uma greve geral com caráter de protesto político contando com a atividade de forças políticas incapazes, por impotência ou desinteresse, de empreender tal atividade. Mas a CE não deixa por menos: na sua rota de cobra cega, levanta e discute para os pináculos mais altos da filosofia: "Reconhecer a derrota da greve, no entanto, não implica concluir que sua convocação foi equivocada argumentando que ela não se colocava naquela conjuntura. Concluir uma coisa pela outra significaria adotar uma lógica simplista que desconhece a dialética complexa da própria ação que sofre de terminações das circunstâncias, da subjetividade e das forças sociais em luta. Se a luta política se definisse pela lógica simples da premissa contida no resultado e vice-versa, sequer o sujeito seria capaz de modificar a realidade, já que a história seria um suceder mecânico e melancólico de premissas e resultados". Não sendo atingido por essas palavras, sinto-me dispensado de respondê-las. Mas registro a referência ao papel do sujeito, da subjetividade, transformando potencialidades em realidades novas. Contudo, colocada no contexto da discussão sobre a "greve geral" de 20/8, envolvendo as forças chamadas a dirigi-la, a referência ao papel

pensamento explícito a colocação no mesmo caso de um greve e um Magri.

do sujeito, como vimos, soa ~~uma~~ tanto quanto fora de órbita, não é verdade?

4. Concluindo, proponho o acréscimo de mais um item no projeto de resolução apresentado acima, um item pelo qual: "o CC declara revogada a Resolução da CE de avaliação da greve geral e determina aos militantes e quadros que, quando necessário, explicitem no movimento de massas a reformulação da sua opinião sobre a greve, nos termos desta autocrítica do CC. O mesmo para os porta-vozes do partido, sem artificialismos, apenas na medida em que a situação exigir uma manifestação expressa."

Saudações comunistas,

H.